

A Relevância Geoestratégica da Turquia para a Segurança Energética da União Europeia: O Caso do Gás Natural

Graça Ermida

Visiting scholar no Center for Military and Strategic Studies, em Calgary, Canadá onde investiga os recursos energéticos e a segurança no Ártico. Possui um Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, um MBA pelo Rensselaer Polytechnic Institute, Troy, NY, EUA e uma licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pelo IST/UTL.

José Pedro Teixeira Fernandes

Licenciado em Direito pela Universidade Católica, Mestre em Estudos Europeus, Doutor em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho. Auditor do Curso de Defesa Nacional em 2003. Professor Coordenador do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET) e Professor Auxiliar da Universidade Lusófona do Porto.

Resumo

Nos próximos anos a União Europeia terá crescentes necessidades de importação de gás natural, existindo uma preocupação com os riscos inerentes à dependência face ao gás russo, especialmente nos países do centro e leste europeu. Esses riscos foram evidenciados pelas crises e conflitos que opuseram a Rússia à Ucrânia e à Geórgia e mostraram à União Europeia a necessidade de encontrar alternativas que diminuíssem a sua vulnerabilidade. As alternativas possíveis passam por incrementar a produção de shale gas, aumentar a importação do Gás Natural Liquefeito e diversificar os fornecedores. A União Europeia tem apostado num corredor meridional de gás, cujo objetivo é obter fornecimento do Médio Oriente, do Cáucaso do Sul e da Ásia Central. Esta opção europeia faz ressurgir a importância geoestratégica da Turquia. No artigo propomo-nos discutir a estratégia europeia para diminuir a sua vulnerabilidade energética no abastecimento de gás natural e as vantagens que poderão resultar do reforço da relação com a Turquia nesta área.

Abstract

European Union needs to increase the amount of imported gas in the near future. The concern that exists today regarding the strong dependency on Russian gas, especially in Central and Eastern European countries, was aggravated by the crises involving Russia, Ukraine and Georgia. They highlighted European Union vulnerability and the need to look for alternatives. Exploring shale gas, increasing imports of Liquefied Natural Gas and diversifying suppliers are the options being considered. EU energy policy has given considerable attention to the Southern Gas Corridor aiming to bring gas from regions as diverse as the Middle East, South Caucasus and Central Asia, an option that raises Turkey's geostrategic relevance. In this article, we discuss the European strategy to reduce energy security vulnerability, highlighting the advantages of a joint policy between Turkey and the EU.

Introdução

Estimativas recentes apontam para que a União Europeia (UE) tenha necessidades energéticas crescentes (IEA, 2010; Datamonitor, 2010a). Uma análise dos dados atuais e prospetivos sobre a produção e consumo de gás natural na UE permite-nos constatar que esta não é atualmente autossuficiente, nem o será num futuro discernível. Existirá, por isso, uma necessidade de importação muito significativa de gás nos próximos anos. Em 2015, os países da UE conseguirão suprir apenas 25% das suas necessidades passando este número, em 2020, a ser de pouco mais de 20%¹. Dado que a capacidade de produção interna europeia está a decrescer, os países europeus poderão estar cada vez mais dependentes da importação de hidrocarbonetos para a geração da sua energia (Eurogas, 2010). O livro verde da Comissão Europeia (2000) previa que, se nada fosse feito, em 2030 a importação de gás na UE se situaria acima dos 80%, com mais de 60% fornecido pela Rússia (Euractiv, 2007). Se a diversificação foi sempre uma preocupação da UE, as crises no abastecimento provocadas pelas disputas entre a Rússia e a Ucrânia, em 2006 e 2009, bem como pelo conflito militar com a Geórgia, em 2008, aceleraram as medidas que visam minimizar a dependência dos habituais fornecedores (especialmente da Rússia) e do trânsito via Ucrânia, Moldávia e Bielorrússia.

Face à manifesta dependência energética da UE, neste artigo propomo-nos discutir a estratégia europeia para diminuir a sua vulnerabilidade energética no abastecimento de gás natural e as eventuais vantagens que poderão resultar do reforço da relação com a Turquia nesta área. A UE fez investimentos significativos, tanto nas regiões do Médio Oriente, Cáucaso do Sul e Ásia Central, como no corredor meridional de gás. No entanto, tem evidenciado dificuldades em influenciar estas regiões de um ponto de vista político. Isto diminui a sua capacidade de obter benefícios dos investimentos realizados. Assim, a Turquia poderá desempenhar um papel relevante, não só porque o corredor meridional de gás e outras *pipelines* atravessam seu território, mas também pelo seu relacionamento histórico e comercial com as regiões do Médio Oriente, do Cáucaso do Sul e da Ásia Central.

Para melhor discutir a questão que nos propomos abordar, vamos começar por analisar a atual situação de dependência europeia do gás russo e as vulnerabilidades que esta gera. Em seguida, procuraremos avaliar as diferentes alternativas à importação de gás da Rússia. Estas são as seguintes: apostar na exploração de gás não convencional (especialmente o *shale gas*), aumentar a importação de Gás Natural Liquefeito

1 O cálculo do consumo e da produção inclui os 27 países da UE. Para os seguintes países, foram utilizados dados da CIA (*CIAWorldfactbook*), estimativa para 2009: Bélgica, Chipre, Eslovénia, Estónia, Finlândia, Letónia, Luxemburgo, Malta, Portugal e Suécia (manteve-se constante o consumo para os anos de 2010, 2015 e 2019). Nenhum destes países é produtor, pelo que a sua produção é zero. Datamonitor, *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*, DMEN0527, March 2010.

(GNL) e diversificar os países fornecedores para diminuir o seu poder negocial. Importa notar que, apesar de em abstrato todas serem alternativas válidas, existem diferentes possibilidades de concretização destas num futuro próximo. Provavelmente por essa razão, a UE tem estado sobretudo a investir no corredor meridional de gás. A expectativa europeia é a de que esta nova infraestrutura aumente a quantidade de gás fornecida via *pipeline* num horizonte temporal relativamente próximo.

A Situação Atual da UE: Forte Dependência da Rússia

Atualmente os maiores abastecedores de gás natural da UE são a Rússia, Noruega, Alemanha, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Argélia e a Líbia. Se olharmos para números de 2010, o total de gás natural importado (excluindo GNL) foi de 250 BCM (Billion Cubic Meters), (British Petroleum, 2010), com 45% vindos da Rússia, 39% da Noruega, 12% da Argélia e 4% da Líbia. Um dos pontos que, desde já, importa realçar é a enorme dependência que existe na UE em relação ao gás proveniente destes quatro países. Este aspeto assume extrema importância quando falamos da Rússia: não só a percentagem de gás importado é bastante elevada, como existem vários países para os quais a Rússia é o único fornecedor – Bulgária, Eslováquia, Estónia, Finlândia, Letónia, Lituânia e Roménia dependem exclusivamente do gás russo. Para além disso, existem muitos outros para quem não sendo o fornecedor exclusivo é, no entanto, o principal, como acontece com a Alemanha, Áustria, Polónia, Hungria, França e República Checa. Fora da UE, existem outros países europeus importadores de gás russo assumindo especial importância a percentagem importada pela Turquia, que se situa na ordem dos 63%.

Sendo a Rússia o maior produtor mundial de gás natural, e a UE o maior mercado, as suas posições geográficas relativas poderiam levar-nos a pensar que o mais evidente seria um entendimento entre europeus e russos. Se a UE depende do gás russo, não é menos verdade que a Rússia depende do mercado europeu para o seu gás, pois este representa cerca de 78% das suas exportações (Datamonitor, 2010b). Assim, parece-nos que a UE e a Rússia se encontram numa situação de dependência mútua e isto deveria originar uma franca cooperação. Todavia, a experiência até agora tem mostrado grande dificuldade de entendimento, agravada por uma desconfiança mútua com vários motivos a justificá-la (Cohen, 2009).

A primeira razão centra-se nos desentendimentos que a Rússia tem tido com alguns países vizinhos. O gás russo que chega ao território europeu transitava, em 2004, pela Moldávia, Bielorrússia e Ucrânia, sendo que aproximadamente 80% passava via Ucrânia. Em 2006, o abastecimento de gás russo por este país foi interrompido. Apesar de a primeira crise visível para os europeus ter ocorrido em 2006, a realidade é que os desentendimentos datam da década de 90, altura em que a Ucrânia demonstrava uma incapacidade de cumprir com os pagamentos,

tendo já nessa altura sido alvo de cortes de gás por parte da Rússia. As disputas em relação ao preço a pagar agudizaram-se em 2005, tendo a crise de 2006 resultado em fortes reduções no fornecimento de gás a vários países da UE (Stern, 2006). O acontecimento mostrou à UE a sua fragilidade ao depender do gás da Rússia e a crescente necessidade em encontrar alternativas a um país que não se coibiu de usar as questões energéticas como arma política².

Os acontecimentos de 2006 repetiram-se com maior intensidade em janeiro de 2009, tendo o abastecimento sido interrompido durante cerca de treze dias. Estes expuseram, novamente, as fraquezas europeias, mostrando a necessidade de encontrar fornecedores alternativos e de melhorar as infraestruturas e a interconexão entre os vários países europeus³. Novamente em 2008, o conflito da Rússia com a Geórgia mostrou a vulnerabilidade da *pipeline* que atravessa este país, realçando o problema que a UE enfrenta ao ter que depender do trânsito de energia de países onde a situação política é instável.

Um segundo aspeto que dificulta as relações Rússia e UE relaciona-se com as diferentes interpretações do que é um mercado liberalizado e aberto. A separação das atividades de geração, produção e transporte de energia é parte integrante de uma diretiva da União Europeia⁴ que desagrada à Gazprom, a qual considera que tais disposições se destinaram a controlar os investimentos russos nas companhias europeias. Por outro lado, a exportação de petróleo e gás russo possui um grande peso na economia do país, o que leva a Rússia a limitar a participação das empresas estrangeiras no capital das companhias russas (Cleutinx and Piper, 2008; Yastrzhembsky, 2008), exercendo um forte controlo estatal no setor do gás. As explorações concedidas a companhias selecionadas da Ásia e do Ocidente (mas com menos de 50%) permitem a exploração dos campos de Sakhalin e Shtokman, sendo o principal objetivo a construção de terminais de GNL com vista à exportação para a Ásia. A Rússia procura, assim, arranjar alternativas ao fornecimento de gás, diminuindo a vantagem negocial da UE.

O controlo estatal por parte da Rússia no setor do gás revela a terceira e última razão para a preocupação da UE. A ineficiência deste setor traz preocupações

2 European Commission, *Green Paper - A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy* COM(2006)105 final, March 8. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0105:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 17/7/2011.

3 European Commission, *The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: an Assessment*, COM(2009)633 final, SEC(2009)977 final. Disponível em http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle_emner/energi/2009_ser2_autre_document_travail_service_part1_ver2.pdf. Data de acesso 17/7/2011.

4 European Commission, *Directive 96/92/EC of the European Parliament and of the Council*, 1996. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1997:027:0020:0029:EN:PDF>. Data de acesso 3/9/2011.

nas capacidades de investir e explorar novos campos, necessárias em virtude do forte declínio na produção dos campos atuais (*Urengoy, Yamburg e Medvezhye*). O aumento do consumo interno russo e as exportações para a China e Coreia do Sul, poderão colocar em risco as necessidades da UE (Piebalgs, 2008), se não forem feitos novos investimentos na exploração dos campos de Yamal, Kovykta, Tyumen e Shtokman e nas infraestruturas para o transporte resultante da nova produção (Mitrova, 2008). O setor do gás russo é extremamente ineficiente e controlado essencialmente pela Gazprom, que procura limitar a atuação e controlar os pequenos fornecedores independentes (Heinrich, 2008). A diminuição de exploração de gás na Rússia acrescido ao aumento do consumo interno, vai continuar a obrigar a Rússia a comprar gás ao Turquemenistão, Cazaquistão e Uzbequistão (Heinrich, *idem*, 2008). É assim previsível que a Rússia continue a exercer uma forte pressão sobre estes países, nomeadamente não chegando a acordo sobre a partição do Mar Cáspio (Karbuz, 2010).

Analizadas as razões pelas quais a UE procura diversificar o abastecimento relativamente à Rússia, procuraremos examinar em seguida as opções existentes bem como a viabilidade e/ou grau de implementação de cada uma delas.

As Difíceis e Dispendiosas Alternativas da UE: *Shale Gas*, GNL e Diversificação de Fornecedores

Existem várias opções que a UE está a considerar de modo a diminuir a sua dependência do gás russo. Uma das mais referidas nos últimos tempos é a exploração do gás não convencional, especialmente o denominado *shale gas*. Uma segunda opção passaria por aumentar as quantidades de importação de GNL por via marítima. Por último, a diversificação de fornecedores de gás maioritariamente por *pipeline* passaria por, em alguns casos, aumentar, noutros iniciar a importação de gás de outras regiões como o Médio Oriente, o Cáucaso do Sul e a Ásia Central. Serão todas estas opções reais num horizonte temporal mais ou menos próximo?

O Gás não Convencional: Possível Alternativa ao Gás Natural?

O gás que os europeus consomem nos dias de hoje é essencialmente gás natural convencional, fornecido via *pipelines* ou transportado por navio (sobre a forma líquida). Mas, tal como aconteceu nos EUA, os países europeus poderão ver nos próximos anos uma alteração no seu fornecimento de gás, resultante da exploração do gás não convencional.

Os EUA viram o mercado do gás alterar significativamente a sua composição nos últimos anos resultante da exploração de gás não convencional, especialmente o

*shale gas*⁵. O domínio de novas tecnologias permitiu que este país aumentasse a produção deste tipo de gás, de menos de 100 BCM/por ano em 1990, para 250 BCM/ano em 2008, representando já cerca de 23% da produção de gás nos EUA. A exploração deste gás foi possível em virtude da forte redução dos custos de exploração quando comparados com a exploração do gás convencional⁶. Mas o *shale gas* não existe apenas nos EUA. As reservas deste gás na Europa são de 32,000 BCM (Datamonitor, 2010: 8), estando as maiores concentrações na Polónia, Alemanha, França, Suécia e Reino Unido.

As reservas de gás não convencional podem futuramente alterar a dinâmica do mercado de gás em território europeu. Muitos dos países que hoje são essencialmente importadores (como a Polónia, Alemanha, Suécia e França), poderão ver esta situação modificar-se se a exploração deste gás se tornar uma realidade. Para outros países cujas reservas de gás natural se encontram em declínio (Dinamarca e Reino Unido), será uma forma de continuar a garantir os abastecimentos que realizam agora. Por último existem países para os quais a exploração do *shale gas* contribuirá para aumentar as suas já grandes reservas (Noruega e Holanda).

A viabilidade deste gás resultou do desenvolvimento de novas tecnologias⁷ que permitiram reduzir substancialmente os custos de exploração. No entanto, existem alguns constrangimentos e questões ambientais que poderão atrasar a sua exploração e aumentar os custos de produção nos países europeus, quando comparados com os EUA (The Economist, 2011; Datamonitor, 2010c; Datamonitor 2010d). Um primeiro ponto tem a ver com uma regulação mais favorável nos EUA. O processo de perfuração envolve injeção de grandes quantidades de água misturada com produtos químicos, que podem causar contaminação. Nos EUA não existe obrigação de divulgar os componentes químicos utilizados conjuntamente com a água. Para além do potencial de contaminação, existe ainda a necessidade de tratar as águas residuais resultantes. Um segundo problema resulta de muitos recursos se encontram em zonas onde faltam infraestruturas que permitam o transporte de gás para o mercado, o que não acontece nos EUA, que possuem uma rede de *pipelines* bastante extensa. Por último, enquanto nos EUA a exploração ocorre em zonas pouco povoa-

5 Gás natural que se encontra contido no interior de rochas sedimentares.

6 Existem já vários relatórios que permitem analisar a situação do *shale gas* nos EUA. Algumas das publicações analisadas foram U.S. EIA, *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*, EIA, abril 2011; Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010.

7 "*Horizontal drilling* – técnica que implica mudar a direção da perfuração para um ângulo diferente de 90 graus em relação à superfície. *Hydraulic fracturing technology* (ou '*fracking*' technology) - implica a injeção a alta pressão de uma mistura de água e areia numa formação rochosa de modo a gerar fraturas na rocha-alvo. Datamonitor, *The Shale Gas Industry Outlook*, DMEN0531, September 2010, p. 3.

das, o mesmo não acontece em muitos países europeus, o que origina protestos por parte das populações. Assim e apesar das reservas dos países referidos permitirem abastecer a UE por mais de 30 anos (a uma média de 600 BCM/ano), as previsões apontam para que em 2020, a produção de *shale gas* na Europa, não exceda pouco mais de 1% dos atuais níveis de consumo (Datamonitor, 2010c: 15).

Transporte Marítimo de GNL

Um das questões que se coloca em relação ao GNL é saber até que ponto a UE poderá aumentar o montante que hoje importa, reduzindo não só a dependência do gás russo mas também a quantidade importada via *pipelines*. O transporte de GNL obriga à construção de terminais na origem que transformem este gás em líquido, de modo a que possa ser transportado por via marítima. Mas a operação inversa é necessária no destino. As capacidades dos terminais existentes na Europa para este fim cobrem cerca de 18% do consumo europeu, devendo aumentar para 34% em 2020, caso se concretizem todos os projetos de construção de terminais atualmente planeados. Está prevista a construção de terminais em Itália (85 BCM), Reino Unido (56 BCM), França (33 BCM), Holanda (24 BCM), Alemanha (entre 18 e 21 BCM) e Croácia (entre 10 e 15 BCM)⁸.

O GNL apresenta vantagens pois permite: 1) eliminar a construção de *pipelines* em países cujo risco político é elevado; 2) evitar a negociação com países que servirão maioritariamente de trânsito, cobrando *transit fees* e aumentando o preço do gás; 3) diversificar a oferta. Mas também existem desvantagens claras. Muitos dos exportadores de GNL encontram-se em África e no Médio Oriente, zonas instáveis e que nem sempre jogam pelas regras do mundo ocidental (Hurst, 2009: 271-281). Mais ainda, existem riscos consideráveis no transporte de GNL causados pela pirataria e terrorismo marítimo. E embora os navios e terminais de liquefação e regaseificação estejam rodeados de fortes medidas de segurança, que dificultam ataques terroristas, não devemos, no entanto, pensar que estes são impossíveis. Como é apontado pelo relatório da RAND Corporation, um ataque a um navio ou a terminal de regaseificação teria um forte significado para as organizações terroristas pelo impacto económico, potencial de destruição e capacidade mobilizadora (Hurst, 2008).

Embora a pirataria e o terrorismo sejam preocupações reais e os dados do International Maritime Organization (IMO) demonstrem um crescimento destas atividades nos últimos anos, a realidade é que os ataques não têm incidido sobre barcos que transportam GNL. Analisando o relatório sobre a pirataria marítima em 2010, verificamos que entre janeiro e setembro desse ano, num total de 289

⁸ Datamonitor, *European Gas Asset Database.xls*, January 2011.

ataques realizados a navios, apenas um foi sofrido por um navio transportador de GNL (em nenhum ano o ataque a navios que transportam GNL excedeu um, sendo que nos anos de 2006 e 2008 não ocorreu nenhum). Se considerarmos todos os navios que transportavam qualquer tipo de hidrocarbonetos, no ano de 2010 o número de ataques cifrou-se em 29, cerca de 10% do total. E este número não tem variado muito desde 2008 (embora fosse superior em 2006 (29,2%) e 2007 (13,6%)⁹. O que justifica, então, que a maior parte das infraestruturas sejam *pipelines*, estando mesmo previsto um aumento da capacidade destas na Europa (Datamonitor, 2009: 9)? Existem, pelo menos, dois fatores que determinam a escolha entre *pipelines* e GNL: fatores geográficos e económicos. Analisando os fatores geográficos, existem muitos países para os quais o GNL não constitui alternativa, em virtude de serem países interiores, sem acesso ao mar. Mas o fator mais importante é normalmente o fator económico. O processo de produção e transporte do GNL é mais complexo e dispendioso do que a construção e transporte via *pipeline*, e a sua viabilidade económica depende da distância e da capacidade transportada (Cornot-Gandolphe *et al.*, 2003). Para volumes de 30 BCM/ano e distâncias até 4.000 km as *pipelines* apresentam custos de transporte bastante mais baixos. Se considerarmos capacidades de 10 BCM/ano, o GNL apresenta custos mais baixos comparativamente às *pipelines* para distâncias superiores a 5.400 km (Cornot-Gandolphe *et al.*, *ibidem*, 2003). Aumentar o fornecimento de GNL à UE constitui um aspeto importante na medida em que nos permite diversificar os fornecedores e reduzir os riscos associados à segurança energética. É no entanto importante considerar os aspetos económicos atrás discutidos (bem como outros, como por exemplo, a cartelização que começa a surgir, resultado de o fornecimento do GNL se encontrar no domínio de muito poucos países fornecedores) e que podem aumentar consideravelmente o custo do gás¹⁰. De modo a contornar alguns destes obstáculos, assume especial relevância a concretização do mercado único do gás, no qual a UE tem vindo a trabalhar mas que tarda em concretizar. A integração do mercado do gás permitirá que a Europa Ocidental, incluindo países como Portugal e Espanha, venham a fornecer GNL aos países da Europa do Leste, por via de um mercado solidário, menos dependente dos acordos bilaterais. Este gás poderia vir de países do Atlântico, que hoje ainda não fornecem a UE, transformando Portugal num importante *hub* e viabilizando o

9 *International Chamber of Commerce, International Maritime Bureau (ICC-IMB Piracy and Armed Robbery against Ships Reports – Annual Report 2010)*.

10 Existem outros aspetos que a dependência do GNL nos traz, e que estão documentados no relatório publicado pelo JRC para a Comissão Europeia, B. Kavalov, H. Petric e A. Georgakaki, *Liquefied Natural Gas for Europe – Some Important Issues for Consideration*. Disponível em http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc_reference_report_200907_liquefied_natural_gas.pdf. Data de acesso 17/11/2011.

aparecimento de fornecedores alternativos, provindos de outras regiões (América do Sul, EUA e Canadá). Pela sua importância, o assunto é merecedor de uma análise específica que ultrapassa o âmbito limitado deste artigo.

Diversificação de Fornecedores

Existem várias regiões no mundo que poderão suprir as necessidades crescentes de importação de gás. O déficit da UE pode eventualmente ser colmatado pela produção no resto da Europa, Cáucaso, Ásia Central, África e Médio Oriente. Estas regiões do mundo apresentam excedentes na sua produção *versus* consumo (ver quadro seguinte), sendo por isso capazes de exportar e colmatar o déficit europeu. Uma análise mais profunda revela, no entanto, algumas especificidades no que diz respeito à sua real disponibilidade para abastecer a UE.

Quadro 1- Consumo e Produção de Gás de várias Regiões
(Em *Billion Cubic Meters - BCM*)

Consumo e Produção – várias regiões –	2009	2010	2015	2019
Resto da Europa				
(C) Consumo	47.9	49.4	59.9	64.2
(P) Produção	112.1	123.5	168.2	175.9
Excedente/Défice (C-P)	64.2	74.1	108.3	111.7
Cáucaso e Ásia Central				
(C) Consumo	99.9	104.7	138.2	152.2
(P) Produção	152.2	159.5	227.1	274.6
Excedente/Défice (C-P)	52.3	54.8	88.9	122.4
África				
(C) Consumo	98.7	104.7	144	162
(P) Produção	218.5	238.2	324.6	370.2
Excedente/Défice (C-P)	119.8	133.5	180.6	208.2
Médio Oriente				
(C) Consumo	332.2	348	489.9	588.5
(P) Produção	400.1	431.4	657.6	881.4
Excedente/Défice (C-P)	67.9	83.4	167.7	292.9

Fontes: Dados trabalhados. Datamonitor, Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union, A 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption, DMEN0527, March 2010 e Oil and Gas Supply – Africa and the Middle East, DMEN 0524, August 2010. O resto da Europa é constituído por Albânia, Croácia, Noruega, Sérvia e Turquia. O Cáucaso e Ásia Central englobam o Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. Os países de África considerados foram: Argélia, Egito, Líbia e Nigéria. Os países que constituem a região do Médio Oriente nesta análise são: Bahrein, Irão, Iraque, Israel/Palestina, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Síria, EAU e Iémen.

O resto da Europa apresenta excedente, mas este é criado maioritariamente pela Noruega, país cuja produção continuará em declínio se não se concretizarem as descobertas no Ártico. Por outro lado, a Noruega não abastece atualmente os países largamente dependentes do gás russo. Outras regiões como o Cáucaso do Sul e a Ásia Central podem fornecer países dependentes da Rússia, mas existem desafios a ultrapassar. O Azerbaijão já fornece hoje a Grécia, mas o seu gás é disputado por muitos países, incluindo a Rússia. O gás do Turquemenistão é também disputado pela Rússia, China e UE. Embora estas regiões apresentem um grande potencial e sejam consideradas fornecedores alternativos, carecem de infraestruturas (especialmente o Turquemenistão). Considerando agora o continente africano, sabemos que este é um importante fornecedor da UE. No entanto, os abastecimentos são feitos maioritariamente para Portugal, Espanha, Itália, Grécia e Reino Unido, quer se trate de GNL ou de gás via *pipeline*. As infraestruturas disponíveis não permitem alcançar as regiões do leste europeu. Por último, o Médio Oriente é, sem dúvida, um grande potencial fornecedor de gás aos países europeus, quer pelas suas reservas quer pela geografia. No entanto, embora esta região detenha das maiores reservas mundiais, não é neste momento formada por um grande número de países exportadores. Na realidade o país com as maiores reservas da região, o Irão, apresenta um consumo bastante semelhante à sua produção. A instabilidade política e as sanções de que o Irão tem sido alvo, dificultam o investimento estrangeiro na região, crucial para o aumento da exploração e exportação. As exportações do Médio Oriente são importantes, pois mais facilmente alcançariam os países europeus que se encontram mais dependentes da Rússia, ajudando assim a UE a cumprir o objetivo de aumentar o número de fornecedores e reduzir a sua dependência em relação a alguns dos atuais. Assumem ainda grande importância as recentes descobertas de gás na plataforma marítima de Israel, nos campos de Tamar e Leviathan e que poderão transformar este país num exportador a partir de 2020. No entanto, o atual excedente desta região é formado maioritariamente pelo Qatar e Omã, sendo que o Qatar transforma quase todo o seu gás em GNL (é na realidade o maior produtor mundial de GNL).

Vemos assim que a UE tem várias opções em aberto, mas o mundo energético desenvolve-se lentamente. O *shale gas* será decerto alternativa mas não num futuro imediato. O GNL é também uma opção ao transporte via *pipeline*, mas não cobre todo o território europeu. Para as regiões fortemente dependentes do gás russo, e apesar dos obstáculos e das especificidades de cada uma, a geografia e o potencial de abastecimento tornam as zonas do Cáucaso do Sul, Ásia Central e Médio Oriente importantes fornecedores alternativos, que a UE tem procurado e continuará a explorar. Na realidade, estimativas recentes apontam para que em 2020-2022, 80-125BCM de gás importado pela UE venha do Iraque, Azerbaijão, Turquemenistão e Mediterrâneo Oriental (Roberts, 2012). E nesse sentido, assumem especial

relevância dois aspetos fundamentais: a aposta no corredor meridional de gás e a posição geoestratégica da Turquia.

A Aposta da UE nos *Pipelines* e a Importância da Turquia para o Corredor Energético Meridional

O Conselho Europeu de fevereiro de 2009 concordou em desenvolver seis ações prioritárias relativas ao desenvolvimento das infraestruturas¹¹, prevendo gastar 200 mil milhões de euros até 2020¹² em redes de transmissão de energia (elétrica, gás e armazenamento). Uma das prioridades é o desenvolvimento do corredor meridional, formado na sua essência pelas *pipelines* Nabucco, Trans Adriatic Pipeline (TAP), Interconector Turquia-Grécia-Itália (ITGI) e White Stream. Destas, apenas a White Stream, ainda em fase de estudo, não deverá passar pelo território da Turquia. Analisemos então a situação atual deste corredor e da região em geral.

Os Pipelines no Território da Turquia

Nos dias de hoje passam já pela Turquia um conjunto de infraestruturas de transporte que não só abastecem o país, mas que trazem gás do Cáucaso do Sul à UE. Um exemplo deste último ponto é a *pipeline* BTE, construída com o apoio dos EUA, e que passa por Baku, Tblissi e Erzurum, cujo conector Turquia-Grécia (parte do projeto ITGI) transporta gás do Azerbaijão à Grécia. A Blue Stream e a Western Gas Pipeline ligam a Rússia à Turquia, enquanto que a ligação Tabriz-Ancara, permite fazer chegar gás do Turquemenistão à Turquia, via Irão. Estas *pipelines* são hoje os principais meios de fornecimento de gás à Turquia.

11 Das seis ações prioritárias previstas, cinco diziam respeito ao transporte do gás no corredor de gás do sul, as interconexões na região do Mar Báltico, anel energético do Mediterrâneo, corredor norte-sul para a Europa Central e sudeste europeu. European Commission, *An EU Energy Security and Solidarity Action Plan*, COM(2008)781 final. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0781:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 16/11/2011.

12 Na realidade e de acordo com dados da UE, só serão gastos 50% deste valor, muito em parte por atrasos em obter licenças ambientais e de construção. European Commission, *Energy infrastructure priorities for 2020 and beyond - A Blueprint for an integrated European energy network*, COM(2010) 677, p. 11. Disponível em http://www.eurosfairer.prd.fr/7pc/doc/1304685970_energy_infrastructure_2011_en.pdf. Data de acesso 17/11/2011.

Quadro 2 - Pipelines Atualmente em Funcionamento

<i>Pipelines em Operação</i>	
Nome	Principais Dados
<i>South Caucasus Pipeline</i> (BTE)	8.8 BCM/ano, podendo ser expandido para 20 BCM/ano em 2012. Operacional em 2006. Comprimento total de 692 km (442 km no Azerbaijão e 248 km na Geórgia). Principais fornecedores: Azerbaijão
ITGI (Turquia – Grécia)	12 BCM total (3.5 BCM atualmente), 296 km total com 210 km na Turquia, interconector entre a Turquia e a Grécia, operacional 2007. Cerca de 17 km transitam pelo Mar de Mármara. Principais fornecedores: Azerbaijão
<i>Western Gas Pipeline</i>	6 BCM – 842 km, atravessa Ucrânia, Moldávia, Roménia e Bulgária. Principais fornecedores: Rússia
<i>Blue Stream</i>	16 BCM, 1.213 km, operacional em 2003, atravessa o Mar Negro ligando a Rússia à Turquia. A Turquia detém a parte que está no seu território; a parte no Mar Negro é detida pela Gazprom e ENI. Principais fornecedores: Rússia
Tabriz-Ancara	10 BCM, 2.577 km, operacional em 2001, liga Irão à Turquia, e Botas opera a parte turca. Principais fornecedores: Irão

Fonte: Quadro elaborado com base em dados de: Mary Stonaker (2010), “Energy Infrastructure As A Diplomatic Tool: The Arab Gas Pipeline”, *Journal of Energy Security*, December. Edison, <http://www.edison.it/media/ITGIpipeline.pdf>
Gazprom, <http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/blue-stream/>

As *pipelines* ainda em fase de planeamento que fazem parte do corredor meridional e cujos abastecimentos passarão pela Turquia são a Nabucco, a Trans-Adriatic e o Interconector que liga a Grécia à Itália. A *White Stream*, embora fazendo parte deste corredor, poderá não passar pelo território turco (embora passe obrigatoriamente pelo Mar Negro).

Outros *pipelines* em estudo são o *Arab Gas*, o *Trans-Caspian* e o *South Stream*. A primeira prevê o transporte de gás desde o Egito, via Jordânia e Síria até à Turquia. A primeira fase do projeto (Egito-Síria) está concluída. Os valores iniciais serão pequenos, cerca de 2 BCM/ano, sendo o Egito o principal fornecedor. A segunda, a que atravessa o Cáspio, fundamental para a viabilidade do projeto Nabucco prevê trazer gás do Turquemenistão para a Europa. Nenhuma destas duas *pipelines* tem data estimada de início de operação definida. Por último, o *South Stream* é um projeto concorrente da *pipeline* Nabucco. Poderá transportar 66 BCM/ano e foi inicialmente criado como uma parceria entre a Rússia (Gazprom) e a Itália (ENI - Ente Nazionale Idrocarburi S.p.A). A *pipeline* passará pelo Mar Negro e chegará à Bulgária ou Roménia. Passaria então a ter dois conectores, um que vai para

Quadro 3 - Pipelines do Corredor Meridional

<i>Pipelines Planeados</i>	
Nome	Principais Dados
Nabucco	31 BCM/ano, 3.900 km, atravessando a Turquia (2.581), a Bulgária (412), a Roménia (469), a Hungria (384) e a Áustria (47). De acordo com o Production Sharing Agreement (PSA) assinado em junho de 2011, o Azerbaijão, Iraque e Turquemenistão deverão contribuir com 10 a 20 BCM/ano cada. O investimento previsto é de 7,9 mil milhões de euros, sendo as Bulgarian Energy Holding (Bulgária), Botas (Turquia), MOL (Hungria), OMV (Áustria), RWE (Alemanha) e Transgaz (Roménia) os principais acionistas. Principais fornecedores (estimados): Azerbaijão, Iraque e Turquemenistão. Data estimada de início: 2015/2017
ITGI	10 BCM (total) com 807 km composto pelos seguintes troços: ITG – conector que liga a Turquia à Grécia e já em operação desde 2007. IGI – conector entre Itália e Grécia. Cerca de 200 km <i>offshore</i> e o IGI <i>onshore</i> com 600 km no território grego. IGB – Está ainda prevista uma ligação Grécia-Bulgária. Projeto de interesse europeu tendo recebido financiamento do European Economy Recovery Plan (145 milhões de euros). A IGI Poseidon SA é a detentora do projeto. Principais fornecedores (estimados): Não definido. Israel pode ser opção. Azerbaijão cancelou abastecimento em 2012, em virtude da crise na Grécia. Data estimada de início: 2015
<i>Trans Adriatic Pipeline</i> (TAP)	20 BCM (10 em 2012), 520 km, Turquia, liga Grécia (Salónica) a Itália (Brindisi), via Albânia e Mar Adriático e levará gás do Azerbaijão e do Irão. Início da <i>pipeline</i> em Salónica, mas abastecida via Turquia. Estudo de viabilidade feito em 2006. É uma <i>joint venture</i> entre a Statoil (42,5%), EGL(42,5%) e E.on Ruhrgas (15%) Custo estimado: 1,5 mil milhões de dólares. Principais fornecedores (estimados): Azerbaijão Data estimada de início: 2016
<i>White Stream</i>	Existem três rotas alternativas: Geórgia, Roménia, Europa Central, Geórgia, Ucrânia, Europa Central e Geórgia, Ucrânia, Roménia e Europa Central. 32 BCM (8 em 2015, na fase inicial) Nota: não existem detalhes sobre quem financiará o projeto. Comissão Europeia financiou estudo de viabilidade em 2008. Em 2009 o governo da Geórgia assinou um MOU com o consórcio. Principais fornecedores (estimados): Azerbaijão Data estimada de início: não disponível

Fonte: Quadro elaborado com base em dados de Ivan Krastev, and Mark Leonard, *The Spectre of a Multipolar Europe*, European Council Foreign Relations, outubro 2010, Euractiv (<http://www.euractiv.com/energy/europes-southern-gas-corridor-great-pipeline-race-links-dossier498558>).

a Grécia e Itália e um segundo que irá até à Áustria. Tem um custo estimado de 30 mil milhões de euros e 2015 é a data prevista de início de operação.

Esta análise permite-nos aferir a importância geoestratégica que a Turquia representa para a segurança energética da UE. Não só muitas das *pipelines* já atravessam o território turco, como existem muitas outras que se encontram planeadas para o fazer muito em breve. A UE está consciente da necessidade de apostar no corredor meridional energético e nas infraestruturas que o atravessam. A concretização das *pipelines* deste corredor poderá trazer importantes quantidades de gás à UE, provindas tanto da região do Cáspio e Ásia Central, como do Médio Oriente. Por outro lado, e dado o peso que a Rússia detém (e deverá continuar a deter) na quantidade de gás que a UE importa, é importante que esta se posicione estrategicamente no triângulo energético formado por todas estas regiões. É, por isso, de grande importância uma estratégia concertada entre a Turquia e a UE para as regiões do Cáucaso e Ásia Central, Médio Oriente e Rússia. Que mais-valias poderá o relacionamento da Turquia com estas regiões trazer para a UE?

A Turquia e as Regiões Produtoras: Implicações para a Segurança Energética da UE

A segurança energética é hoje uma prioridade da política externa da Turquia, resultado do crescente interesse que esta demonstra na geopolítica energética das regiões circundantes. Muitos dos conflitos que aí se originam surgem dos choques entre interesses energéticos, ou de confrontos políticos, com consequências para a segurança energética.

Mas estas regiões são importantes para a Turquia, pois as crescentes relações económicas que esta detém com as regiões vizinhas, permitiram-lhe alcançar a sexta posição face às maiores economias da UE, com um crescimento médio anual na ordem dos 6%, entre 2002 e 2008. Neste período, a percentagem de importações turcas provenientes dos países vizinhos aumentou de 23,6% para 35,5%, enquanto que a mesma percentagem relativamente à UE no mesmo período diminuiu de 54,7% para 40%. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) prevê que, em 2017, a Turquia poderá ser a terceira economia com maior crescimento a nível mundial, atrás da China e da Índia. A energia constitui um elemento importante na interdependência económica entre a Turquia e as regiões vizinhas.

Turquia, Ásia Central e Cáucaso

O desmembramento da União Soviética fez surgir um conjunto de novos Estados cuja independência foi reconhecida pela Turquia no início dos anos 90. Os EUA, em especial, incentivaram a aproximação da Turquia aos novos Estados,

muito por temerem o aparecimento da influência iraniana na região. As ligações históricas, culturais, linguísticas e religiosas facilitaram esta aproximação, ainda mais que os novos países necessitavam de apoio político e económico, tendo, por isso, visto com bons olhos a aproximação turca. Surgiu assim um grande entusiasmo da Turquia pela região, que necessitou de contemporização por duas razões principais: a maioria das ligações dos novos Estados à Rússia continuava muito forte, o que fez recuar a Turquia, dadas as boas relações comerciais que detém com aquele país. Por outro lado, os investimentos que a Turquia esperava fazer na região não tiveram a expressão esperada por culpa das crises financeiras que abalaram o país nos anos 90 e em 2001.

O crescimento económico da Turquia na última década permitiu aumentar a sua esfera de influência nestas regiões. A Turquia transformou-se num dos países que maior ajuda financeira e humanitária dá às cinco ex-repúblicas da União Soviética, através de organizações como a Turkish International Cooperation and Development Agency/Agência Internacional Turca para a Cooperação e o Desenvolvimento (TIKA), Turkiye Odalar ve Borsalar Birliği/União das Câmaras e Trocas de Mercadorias da Turquia (TOBB) e a Turkiye İsadamları ve Sanayiciler Konfederasyonu/Confederação dos Industriais e Empresários da Turquia (TUSKON)), que promovem projetos em áreas como o desenvolvimento económico e de infraestruturas, a educação e a saúde. Existem hoje mais de 2000 empresas turcas com projetos nestas regiões.

Mas a maior prioridade da Turquia ao criar relações com estes países está no papel que pode desempenhar ao transportar hidrocarbonetos da região do Cáspio para a UE, e também no seu próprio abastecimento. A sua posição geográfica e o número de *pipelines* que já atravessam a Turquia permite-lhe ambicionar ser um país de transporte. No entanto, esta posição geográfica não traz só vantagens como mostra o conflito de 2008 entre a Rússia e a Geórgia. A declaração de independência das regiões da Abecássia e Ossétia do Sul, originou um conflito bélico bem como a interrupção no abastecimento de gás através da *pipeline* BTE, que passa por Tblissi. Outros conflitos na região causam disputas nas relações entre a Turquia, Azerbaijão e Arménia. Turquia e Azerbaijão possuem boas relações desde a independência deste país. O Azerbaijão foi uma das poucas ex-repúblicas soviéticas que desde cedo se distanciaram da Rússia e procuraram construir relações com o Ocidente. Mas a Arménia tem relações tensas com os dois países, com o Azerbaijão por causa de Nagorno-Karabakh e com a Turquia em virtude do genocídio arménio.

Apesar dos conflitos, a Turquia possui, por razões históricas e culturais, um certo ascendente sobre a região que poderia ser melhor aproveitado pelos europeus. A importância das reservas destes países para a UE deverá implicar uma política de aproximação, com implementação de medidas que permitam potenciar o desenvolvimento económico e diminuir o risco relativo a outras questões de

segurança como o crime organizado e o tráfico de drogas. A UE já investe hoje na região, em áreas tão diversas como a saúde, o ambiente, a educação e a energia. Mas tem dificuldade em capitalizar nos investimentos realizados sendo a visibilidade da sua ação bastante limitada. Por outro lado, necessita contrariar o domínio da China e da Rússia no acesso ao gás e ao seu transporte (especialmente do Turquemenistão). Se esses países dominarem por completo o investimento financeiro realizado nestas regiões, a UE terá maiores dificuldades em dialogar com regimes que ficarão cada vez mais debaixo da esfera de influência da China e da Rússia, deixando pouco espaço de manobra à UE. Isto trará necessariamente consequências negativas, tanto do ponto de vista da segurança energética, como no combate a outros aspetos de segurança que também representam riscos para a UE. Uma presença europeia que promova o desenvolvimento económico, as trocas comerciais e as políticas públicas que criam estabilidade nestas regiões é importante.

Um dos aspetos mais críticos à concretização do corredor meridional energético é o acordo em relação uma infraestrutura que ligue as margens do Cáspio, entre Azerbaijão e Turquemenistão, amplamente debatida mas até hoje nunca concretizada, muito em virtude das disputas do Cáspio. Apesar de correntemente nos referirmos à região do Cáspio como mar, a realidade é que o seu enquadramento legal não se encontra definido. A questão que se coloca é se este deve ser classificado como mar ou lago interior. Até hoje, os cinco países que o rodeiam não chegaram a um acordo quanto à sua divisão (Karbuz, 2010; O'Neal *et al.* 2011). Um dos países que mais dificulta a obtenção de um acordo é o Irão, pois a solução proposta (linha mediana) leva-o a ficar com menos 6% do território do que se fosse utilizado o método da divisão equitativa. Em qualquer caso, uma solução para esta questão terá sempre que passar pelo Irão e Rússia. As boas relações que a Turquia possui não só com os países do Cáucaso e Ásia Central, mas também com o Irão e Rússia, poderão ajudar no desenlace das disputas do Cáspio e na arquitetura de uma solução.

Turquia e Médio Oriente

A produção de gás no Médio Oriente poderá aumentar sobretudo graças a três países: Irão, Iraque e Israel. Apesar das boas relações que a Turquia mantém atualmente com o Irão, o histórico entre os dois países, no que toca ao setor energético, está repleto de quebra de contratos de abastecimento, pagamentos atrasados, multas e investimentos prometidos mas não realizados (Kinnander, 2010). O preço do gás comparativamente ao da Rússia é mais caro, sendo que a qualidade e a quantidade entregue nem sempre são cumpridas. Dado o histórico das relações, existe uma desconfiança mútua entre os dois países no que diz respeito a honrar compromissos no setor energético. No entanto, a Turquia e o Irão mantêm todo o interesse em desenvolver esta relação. A Turquia porque lhe permite ter alternativas ao gás

da Rússia e contribuir para o papel que quer desempenhar no transporte de gás para a UE. O Irão porque manter boas relações com a Turquia lhe permite suavizar o isolamento internacional e manter um interlocutor para o mundo ocidental. A Turquia juntamente com o Brasil desempenhou um papel fundamental no acordo assinado em maio de 2010, que previa a troca de urânio para fins nucleares por urânio enriquecido (Babali, 2010). Apesar das sanções impostas ao Irão, a Turquia tem mantido relações com este país e possui um histórico de relacionamento no domínio energético, nem sempre bem-sucedido, mas é exatamente a sua experiência que é relevante num hipotético futuro em que venha a ser possível explorar o abastecimento do Irão à UE. Para além das relações de amizade e do conhecimento de negociação iraniana, a Turquia possui já uma *pipeline* que chega ao seu território a partir do Turquemenistão, via Irão, e que poderiam conjuntamente constituir fornecedores alternativos para o projeto *Nabucco*. Do ponto de vista energético, o isolamento do Irão não é do interesse da UE, mas o regime atual não permite grandes progressos. No entanto, a alterar-se de algum modo esta situação, as relações que a Turquia possui, tanto no domínio energético como económico, poderão, a longo prazo, ser uma mais-valia para a UE.

Relativamente ao Iraque, não é claro se possui as condições de estabilidade que permitiriam abastecer a UE. O Partiya Karkeran Kurdistan/Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) tem ameaçado e atacado com alguma regularidade as *pipelines* que chegam à Turquia. Em 2008, atacou a *pipeline* de petróleo que liga Kirkuk a Ceyhan, e ainda a *pipeline* de gás que liga o Irão à Turquia. Apesar da questão curda estar na agenda do Adalet ve Kalkinma Partisi/Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), as ameaças do PKK às infraestruturas constituem um problema para a Turquia e para a segurança do abastecimento europeu. Os desenvolvimentos mais recentes entre o governo turco e o PKK poderão trazer maior tranquilidade à região e reforçar a importância da Turquia no abastecimento energético europeu. No entanto, a questão curda continuará a ser complexa dado o forte nacionalismo e caráter transnacional. Acresce ainda o atraso económico da maior parte da região. Poderíamos pensar, à primeira vista, que grande parte dos problemas seriam resolvidos constituindo um Estado curdo independente, como previa o Tratado de Sèvres (1920). Mas este cenário apresenta grandes dificuldades. Por um lado, a diversidade cultural e religiosa coloca, desde logo, algumas questões que poderiam não ser de fácil aceitação entre os próprios curdos. Mas um outro obstáculo resulta de estes se encontrarem dispersos por quatro Estados, implicando que qualquer solução teria que passar pelo acordo da Turquia, Irão, Iraque e Síria, o que é bastante improvável de ocorrer. No caso do Iraque, por exemplo, a riqueza em hidrocarbonetos na região curda torna a eventual independência um processo particularmente delicado. Para a Turquia, pelo seu próprio problema curdo interno, evitar o precedente de um Estado curdo vizinho, no Nor-

te do Iraque, é uma prioridade. Isto tem levado o país a dialogar com o governo da região autónoma curda, juntamente com o governo central do Iraque. Apesar das disputas entre o governo central e o governo regional relativamente às receitas do petróleo e gás, a Turquia tem investido no Iraque em termos energéticos. Em 2007, foi assinado um acordo entre os dois países e em 2008 uma visita de Erdoğan ao Iraque culminou numa parceria entre as duas companhias petrolíferas nacionais para a construção de uma *pipeline* de gás entre o Iraque e a Turquia com vista a abastecer o projeto Nabucco. Várias companhias privadas turcas, assim como a Dana Gas da Noruega e a Österreichische Mineralölverwaltung/ Autoridade Austríaca para o Petróleo e Minerais (OMV) investiram na região norte do Iraque, levando a crer que existe um objetivo de trazer gás deste país para abastecer os países da UE via Turquia (Babali, *idem*, 2010).

As recentes descobertas em Israel nos campos de Leviathan e Tamar, poderão fazer deste país um exportador de gás já a partir de 2020. Se hoje as relações com a Turquia são tensas, não podemos contudo ignorar que o passado viu fortes relações entre os turcos e Israel desde os tempos do império Otomano, reforçadas em anos mais recentes pela cooperação militar e económica. Os dados de 2010 e 2011 mostram um aumento nas trocas comerciais, que tinham conhecido uma redução em 2009. As exportações de Israel para a Turquia ocupam o terceiro lugar, tendo aumentado cerca de 72% no primeiro trimestre de 2011, comparado com 2010. Entre 2010 e 2011, a soma das exportações e importações aumentaram 29%.

O Médio Oriente representa para a UE uma alternativa credível ao gás russo, tanto pela quantidade de reservas como pela proximidade geográfica, sendo o Irão e Israel os países com maior potencial. Por causa disso, a UE tem feito investimentos na região. Possui relações comerciais com o Líbano, Jordânia e Israel, relações que pretendia estender à Síria até à turbulência política recente que colocou o país numa situação de guerra civil. É ainda o maior parceiro comercial do Irão, representando cerca de 30% das suas exportações, ao mesmo tempo que 90% das importações da UE provêm do setor energético. Outros países como o Iraque poderiam ser fornecedores relevantes caso melhorassem a estabilidade política do país. Também em relação a este, a UE assinou um acordo energético. Por esta e outras razões, a resolução do problema curdo deveria constituir um objetivo das políticas da Turquia. Não só por razões humanitárias mas também porque a ausência de uma solução poderá acarretar instabilidade política na região. Isto poderá tornar a Turquia menos credível como garante das questões de segurança energética aos olhos da UE.

Apesar dos aspetos atrás referidos, a UE tem dificuldade em capitalizar politicamente nos investimentos realizados. Se, por vezes, é vítima das políticas unilaterais de alguns dos seus Estados-membros, prejudicando uma aproximação integrada, não é menos verdade que a ausência de um relacionamento histórico dificulta a

sua capacidade de influência. Apesar da relação com a Turquia ser também complexa, e nem sempre fácil de gerir, é neste aspeto que poderá contribuir para que a UE possa ter maior relevância nas referidas regiões. Por razões históricas, a Turquia tem peso político no Médio Oriente estando este a ser amplamente explorada pelo atual governo do AKP, tanto em termos económicos como político-diplomáticos. Enquanto as exportações para os países árabes nunca ultrapassaram os 5 mil milhões de dólares nos anos 90 e até 2002, em 2008, as exportações da Turquia para estes países foram de 25 mil milhões de dólares. A Turquia possui, assim, uma balança comercial positiva com o mundo árabe, enquanto, no global, a sua balança comercial tem um défice de 70 mil milhões de euros. Entre 2003 e 2009, as exportações turcas para os países muçulmanos vizinhos aumentaram de 14% para 26%. Um outro aspeto importante são as visitas oficiais que os principais dirigentes realizaram ao Médio Oriente entre 2003 e 2011. Neste período, Abdullah Gül, Recep T. Erdoğan e Ahmet Davutoğlu realizaram um total de 105 viagens, 17 por razões diplomáticas e as restantes por motivos económicos (Habibi and Walker, 2011).

Turquia e Rússia

Embora historicamente as relações entre a Rússia e a Turquia tenham sido marcadas por grandes guerras, os dois países também viveram momentos de cooperação ao longo dos séculos. Sempre que existiram benefícios económicos, ou alguma frustração no relacionamento com as potências europeias, Turquia e Rússia cooperaram. Em várias ocasiões do passado dos dois últimos séculos, os hidrocarbonetos foram a razão desta relação cooperativa. Durante o século XIX, o carvão russo serviu também para alimentar a frota naval otomana, movida por este combustível. Apesar de os otomanos possuírem reservas, o aumento da frota tornou-as insuficientes o que permitiu à Rússia fornecer carvão ao Império. O mesmo aconteceu com o petróleo. A disrupção no transporte do petróleo americano e a incapacidade técnica dos alemães em explorarem as áreas que lhe tinham sido atribuídas em virtude da construção do caminho de ferro de Bagdade, fizeram da Rússia o principal fornecedor de petróleo ao Império Otomano (Ediger and Bagdadi, 2010).

Atualmente a Turquia possui fortes relações económicas, sociais, culturais e militares com a Rússia (Winrow, 2009). Desde o Eurasian Action Plan assinado em 2001 por Ismail Cem e Igor Ivanov, a Rússia e a Turquia têm expandido as suas relações nas áreas do comércio, energia, turismo e defesa e assim contribuído para o incremento das relações políticas entre os dois países (Kiniklioglu, 2006). Em 2009, a Rússia representou 13% das importações turcas, a maior percentagem seguida da

Alemanha com 10%¹³. Isto resulta largamente das importações de gás. A Rússia também tem sido alvo de investimentos por parte da Turquia (investimentos de cerca de 17 mil milhões de dólares) (Krastev and Leonard, 2010). A relação económica é no entanto desigual. Enquanto a Rússia é o principal parceiro comercial da Turquia, a Turquia ocupa o sétimo lugar como parceiro comercial da Rússia. Para além de depender em 62% do gás russo, a Turquia importa ainda deste país 50% de combustíveis fósseis, 34% de carvão e 33% de petróleo (Ediger and Bagdadi, 2010). Outros planos russos na Turquia passam (através da Gazprom), pela construção de tanques de armazenamento de gás e de um terminal de GNL em Ceyhan, bem como a participação na privatização da rede de abastecimento de gás às cidades de Istanbul e Ancara.

Na relação com a Rússia, a UE e a Turquia terão vantagem se conseguirem ultrapassar divergências políticas e articular posições estratégicas de modo a diminuir a dependência que ambas possuem do gás russo e que as coloca numa situação de vulnerabilidade. A conclusão imediata é que esta dependência torna tanto a Turquia como a UE bastante dependentes das condições e pressões russas. O esforço de articulação de estratégias comuns nesta área será a forma mais óbvia de retirar algum poder negocial à Rússia. Se, por um lado, necessitam de encontrar fornecedores alternativos (que só poderão estar no Médio Oriente ou no Cáspio), por outro não podem permitir ser utilizados pela Rússia nos jogos de poder associados a acordos bilaterais. Esta tática tem sido utilizada pela Rússia com vários países da UE, como a França, Alemanha e Itália para a concretização de projetos como o Nord Stream e o South Stream. Uma articulação conjunta das suas políticas energéticas poderia alterar esta situação, pois o mercado europeu e o mercado turco representam uma importante fatia das exportações da Rússia.

Conclusões

Pelos dados prospetivos existentes, o gás natural deverá continuar a ser a terceira fonte de energia, logo atrás do petróleo e do carvão. Para colmatar a forte dependência que a UE possui em relação à Rússia, deverão ser exploradas outras opções. A UE possui várias alternativas ao fornecimento de gás, quer no que toca ao meio de transporte (GNL por navio e gás convencional por *pipeline*), quer ao tipo de gás (convencional ou não convencional). Mas o GNL nem sempre é economicamente viável e o gás não convencional não deverá ser explorado no território europeu em grandes quantidades tão cedo como seria desejável. Como tal, diversificar os fornecedores, garantir o abastecimento dos países consumidores e proteger os

13 Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>. Data de acesso 24/7/2011.

meios de transporte, quer pela via marítima quer por *pipeline*, são fundamentais para a segurança energética europeia. No futuro imediato, para garantir a segurança energética europeia é importante a concretização do investimento já iniciado no corredor meridional. Isto implicará, também, uma maior aproximação entre a Turquia e a UE em matéria energética, dada a própria geografia das *pipelines*. A Turquia encontra-se na confluência das três regiões com as maiores reservas mundiais de hidrocarbonetos. A sua posição geoestratégica e a proximidade histórica e política face às regiões do Médio Oriente e Ásia Central são vantagens de que a UE deverá também procurar tirar partido.

Com isto não pretendemos subestimar a complexidade das relações políticas entre a UE e a Turquia, nem as dificuldades que se cruzam no relacionamento entre ambas. As vicissitudes das negociações de adesão turca ou as diferentes sensibilidades de política externa, por exemplo face ao Irão ou a Israel, são já um bom exemplo disso. As tensões internas da Turquia, étnicas e religiosas, envolvendo as populações curdas e alevis, associadas ao regresso do Islão à esfera pública e política em confronto com o *establishment* secularista, trazem dificuldades acrescidas à UE. Há ainda o problema da influência russa nas ex-repúblicas soviéticas e as pressões que a Rússia exerce regularmente por diferentes meios, incluindo militares, como no caso da Geórgia. Apesar de tudo, julgamos que uma cooperação pragmática com a Turquia é possível e desejável nas questões de segurança energética. Pelas vulnerabilidades comuns e razões estratégicas apontadas – e independentemente dos desenvolvimentos do processo de adesão europeia da Turquia –, a articulação de políticas energéticas traria ganhos mútuos.

Referências

- Babali, Tuncay (2010). “Regional Energy Equations and Turkish Foreign Policy: the Middle East and the CIS”, *Insight Turkey*. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882927/.
- British Petroleum (2010). *Statistical Review of World Energy 2010.xls*.
- Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>. Data de acesso 24/7/2011.
- Cleutin, Christian e Piper, Jeffery (2008). “The EU-Russia Energy Dialogue” em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 25-33.
- Cohen, Ariel (2009). “Russia: the Flawed Energy Superpower” em G. Luft e A. Korin (eds), *Energy Security Challenges for the 21st Century*. Santa Barbara, CA: Praeger Security International, pp. 91-108.

- Cornot-Gandolphe, Sylvie *et al.* (2003). *The Challenges of Further Cost Reductions for New Supply Options*, 22nd World Gas Conference 1-5 June, Tokyo, Japan, pp. 1-17.
- Datamonitor (2009). *LNG as a Price Driver: Development of Europe's LNG Market and Impact on Retail Prices*, DMNE 0433, August.
- Datamonitor (2010). *Oil and Gas Supply – Africa and the Middle East*. DMEN 0524, August.
- Datamonitor (2010a). *Oil and Gas Supply, Europe and the Former Soviet Union: a 10-year Projection and Review of Oil and Gas Production and Consumption*. DMEN0527, March.
- Datamonitor (2010b). *South Stream vs Nabucco*. BFEN0587, August.
- Datamonitor (2010c). *The Shale Gas Industry Outlook*. DMEN0531, September.
- Datamonitor (2010d). *The Structural Changes in Natural Gas Market*. EN0012-001, October, pp. 26-28.
- Datamonitor (2011). *European Gas Asset Database.xls*, January.
- Ediger, Volkan S. e Bagdad, Itir (2010). "Turkey-Russia Energy Relations: Same Old Story, New Actors". *Insight Turkey*, Summer, pp. 4-11. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_7057/is_3_12/ai_n56882930/. Data de acesso 17/11/2011.
- Euractiv (2007). "Geopolitics of EU Energy Supply". Disponível em <http://www.euractiv.com/energy/geopolitics-eu-energy-supply/article-142665>. Data de acesso 17/11/2011.
- Euractiv (2010). "Europe's Southern Gas Corridor: The Great Pipeline Race". Disponível em (<http://www.euractiv.com/energy/europes-southern-gas-corridor-great-pipeline-race-links dossier498558>). Data de acesso 17/5/2012.
- Eurogas (2009). *Long Term Outlook for Gas Demand and Supply, 2007-2030*.
- European Commission (1996). *Directive 96/92/EC of the European Parliament and of the Council*, 1996. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:1997:027:0020:0029:EN:PDF>. Data de acesso 3/9/2011.
- European Commission (2006). *Green Paper - A European Strategy for Sustainable, Competitive and Secure Energy COM(2006)105 final*, March 8. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0105:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 17/7/2011.
- European Commission (2008). *An EU Energy Security and Solidarity Action Plan, COM(2008)781 final*. Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0781:FIN:EN:PDF>. Data de acesso 16/11/2011.
- European Commission (2009). *The January 2009 Gas Supply Disruption to the EU: an Assessment*, COM(2009)633 final, SEC(2009)977 final. Disponível em http://ec.europa.eu/danmark/documents/alle_emner/energi/2009_ser2_autre_document_travail_service_part1_ver2.pdf. Data de acesso 17/7/2011.

- European Commission (2009). *Liquefied Natural Gas for Europe – Some Important Issues for Consideration*. Disponível em http://ec.europa.eu/dgs/jrc/downloads/jrc_reference_report_200907_liquefied_natural_gas.pdf. Data de acesso 17/11/2011.
- European Commission (2010). *Energy infrastructure priorities for 2020 and beyond - A Blueprint for an integrated European energy network*, COM(2010) 677, p. 11. Disponível em http://www.eurosfair.pr.fr/7pc/doc/1304685970_energy_infrastructure_2011_en.pdf. Data de acesso 17/11/2011.
- Gazprom. Disponível em <http://www.gazprom.com/production/projects/pipelines/blue-stream/>). Data de acesso 17/5/2012.
- Habibi, Nader e Walker, Joshua (2011). *What is Driving Turkey's Reengagement with the Arab World*. Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University.
- Heinrich, Andreas (2008). "Under the Kremlin's Thumb: Does Increased State Control in the Russian Gas Sector Endanger European Energy Security?". *Europe-Asia Studies* n°9, pp. 1539-1574.
- Hurst, Cindy (2009). "LNG: The Next Prize?" em G. Luft e A. Korin (eds.), *Energy Security Challenges for the 21st Century*. Santa Barbara, CA: Praeger Security International, pp. 271-281.
- Hurst, Cindy (2008), *The Terrorist Threat to LNG: Fact or Fiction?*. Institute for the Analysis Global Security, pp. 3-6.
- International Energy Agency (2010). *World Energy Outlook 2010*.
- International Chamber of Commerce, International Maritime Bureau (2010). *ICC-IMB Piracy and Armed Robbery against Ships Reports – Annual Report*.
- Karbus, Sohbət (2010). "The Caspian's Unsettled Legal Framework: Energy Security Implications". *Journal of Energy Security*, May. Disponível em http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=244:the-caspian-unsettled-legal-framework-energy-securityimplications&catid=106:energysecuritycontent0510&Itemid=361. Data de acesso 7/7/2011.
- Kiniklioglu, Suat (2006). *The Anatomy of Turkish Russian Relations*. The Brookings Institution. Disponível em http://www.brookings.edu/comm/events/20060523sabanci_3a.pdf. Data de acesso 17/11/2011.
- Kinnander, Elin (2010). *The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic*. Oxford Institute for Energy Studies n°38.
- Krastev, I. e Leonard, M. (2010). *The Spectre of a Multipolar Europe*. European Council Foreign Relations.
- Mitrova, Tatiana (2008). "Dynamic Development in Russia's Gas Sector" em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 71-81.
- The Economist (2011). "Fracking Here, Fracking There", 26 November, pp. 75-76.

- U.S. EIA (2011). *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions Outside the United States*. EIA.
- ONeal, Bradley *et al.* (sem data). *National Security & Caspian Basin Hydrocarbons*. International Association for Energy Economics. Disponível em www.iaee.org/en/publications/newsletterdl.aspx?id=129. Data de acesso 3/7/2011.
- Piebalgs, Andris (2008). "Win-win Cooperation is Possible in Energy" em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 53-61.
- Roberts, J. (2012). *Energy in Central Asia: Drivers and Consequences*. Norwegian Institute of International Affairs.
- Stern, Jonathan (2006). *The Russian-Ukrainian Gas Crisis of January 2006*. Oxford Institute for Energy Studies.
- Stonaker, Mary (2010). "Energy Infrastructure as a Diplomatic Tool: The Arab Gas Pipeline". *Journal of Energy Security*, December. Disponível em http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=270:energy-infrastructure-as-a-diplomatic-tool-the-arab-gas-pipeline-in-perspective&catid=112:energysecuritycontent&Itemid=367. Data de acesso 7/7/2011.
- Winrow, Gareth (2009). *Turkey, Russia and the Caucasus: Common and Diverging Interests*- Chatham House, Russia and Eurasia Programme/Europe Programme, REP/EP BP 2009/01.
- Yastrzhembsky, Sergey (2008). "Trust, not Double Standards: What Russia Expects from the EU" em Katinka Barysch (ed.), *Pipelines, Politics and Power the Future of EU-Russia Energy Relations*. Center for European Reform, pp. 35-43.